

# Plano de Defesa Social

## Conselho dos Direitos aprova

BRASILIA (O GLOBO) — Barbosa Lima Sobrinho, representante da ABI, foi eleito vice-presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na sua primeira reunião nesta nova fase, realizada na tarde de ontem no gabinete do ministro da Justiça, Petrônio Portela. Foi escolhido representante dos professores de Direito Penal o criminalista Benjamim de Moraes, e o professor Pedro Calmon foi reeleito representante dos professores de Direito Constitucional.

O ministro Petrônio Portela comunicou a disposição do Ministério da Justiça de criar um grupo de trabalho para estudar o problema da violência nas grandes cidades e elaborar um cuidadoso Plano de Defesa Social. O Conselho aprovou a idéia do ministro, deu algumas sugestões e indicou alguns de seus membros para acompanhar o andamento do grupo de trabalho.

A questão do sigilo das reuniões foi colocada por vários conselheiros. Syleno Ribeiro, encarregado de fazer o relato da reunião aos repórteres, disse:

— O assunto foi bem tratado, tão

bem tratado que estou aqui fazendo o relato para vocês.

O porta-voz de Petrônio falou com a imprensa depois que todos membros do Conselho saíram pelo elevador privativo do ministro.

Petrônio Portela promete conceder entrevista coletiva na tarde de hoje para falar sobre a reunião, que teve início às 16h30m, com a presença dos conselheiros Barbosa Lima Sobrinho, pela ABI; Benjamim Albagle, pela ABE; Seabra Fagundes, pela OAB; Firmino Ferreira Paz, como procurador-geral da República; embaixador José Carlos Lindeberg Sette, pelo Ministério das Relações Exteriores; Pedro Calmon, professor Direito Constitucional; senador Jarbas Passarinho, e deputado Nelson Marchezan, como líderes da Maioria, presidido pelo ministro Petrônio Portela.

Faltaram à reunião os líderes da oposição, deputado Freitas Nobre e senador Paulo Brossard por força de decisão do partido, que resolveu não participar do Conselho. Faltaram ainda o professor Afonso Arinos, representante do Conselho Federal de Cultura, que está doente, e o profes-

sor de Direito Penal escolhido na reunião de ontem.

O ministro Petrônio Portela abriu a reunião dizendo que o objetivo do Conselho será o de proceder investigações onde e quando ocorrerem atentados contra os Direitos Humanos.

Em seguida comunicou aos conselheiros a preocupação do Governo com os altos índices de violência nas grandes cidades. Para isto será criado um grupo de trabalho pelo Ministério para sugerir medidas de aprimoramento do sistema penitenciário, dos recursos policiais, e elaborar um cuidadoso Plano de Defesa Social.

O grupo de trabalho, conforme disse Petrônio ao CDDPH, terá o prazo de 90 dias para apresentar sugestões, e deverá ser criado nos próximos dias. Houve sugestões de vários membros do Conselho e, ao final, ficou decidido que o órgão também participará do grupo de trabalho.

O advogado Seabra Fagundes, da OAB, colocou uma série de problemas com relação ao Conselho e ao seu funcionamento, mas Syleno Ribeiro não revelou quais foram as colocações.